

## O APAGAMENTO DAS FORMAÇÕES AFRO-RELIGIOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDWARD DUTRA DOS ANJOS<sup>1</sup>; JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – edwddu@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – fernandoigansi@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um excerto do projeto de doutorado apresentado para a seleção no Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Para a proposta, consideramos a pertinência dos estudos sobre as religiões de matriz africana no Brasil, o que se contrasta com as grandes lacunas apresentadas em seu mapeamento epistemológico, apesar de suas contribuições sociais para nossa formação cultural.

Para tanto, optamos por realizar um mapeamento através dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010<sup>1</sup>. Conforme as informações da plataforma, o IBGE tem por finalidade:

[...] contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo (IBGE, 2025)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, entendemos que se uma das funcionalidades do censo é a delimitação de informações para a elaboração de políticas públicas, o apagamento da diversidade afro-religiosa se refere ao próprio apagamento da possibilidade de elaboração dessas mesmas políticas públicas para valorização da diversidade, preservação e continuidade das comunidades. Elsa Peralta (2003) aponta para a reflexão de que certos desenhos da memória são elaborados por grupos dominantes para contemplar as necessidades destas camadas (Peralta, 2003, p.08), o que, nesse sentido, pode nos conduzir a reflexão sobre o apagamento proposital, capaz de inviabilizar políticas públicas de fomento à preservação e promover uma invisibilização das proporções de alcance e amplitude da cultura negra, visto que ao não delinear a diversidade nas formações religiosas, tratam de invisibilizar diversas formações que representam a capacidade intelectual dos sujeitos em se reorganizar e criar mecanismos complexos para a experimentação e preservação de sua cultura.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/22107>. Acesso em 29 de ago. 2025.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-ddos/1146-censo-demografico.html#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20tem,qualquer%20n%C3%ADvel%20de%20governo>. Acesso em 29 de ago. 2025.

Em perspectiva, observamos que o IBGE detém grande esforço em mapear as variantes das manifestações neopentecostais e pentecostais. Isto nos salta aos olhos quando consideramos a desigualdade no trabalho de mapeamento das matrizes africanas pelo país. Para a proposta de pesquisa da tese de doutorado, nos detivemos no recorte do Batuque do Rio Grande do Sul, tendo em vista a ampla diversidade de vertentes no Brasil, consideramos, então, fundamental realizar o recorte, para a viabilidade da pesquisa. Entretanto, a proposta deste trabalho enviesa para a demonstração de nossa primeira coleta de dados e análise inicial do tema, com o intuito de apresentar alguns de nossos questionamentos e a pertinência da pesquisa.

## 2. METODOLOGIA

Para este recorte, optamos por uma metodologia mista, já que consideramos a amostra quantitativa fornecida pelo censo, mas também utilizamos parâmetros qualitativos para analisar dados não numéricos, que se expressam através de fatores histórico-culturais.

A amostragem quantitativa nos ampara enquanto demonstrativo direto da proporção e relevância do tema, dado a profusão no detalhamento de outras manifestações menos expressivas apresentadas nos levantamentos do IBGE. Já os dados qualitativos se apresentam através das bibliografias que amparam nossas pesquisas no campo da memória, identidade, patrimônio cultural imaterial e história oral.

Para apresentar de forma mais consistente o peso dos dados censitários, apresentamos a seguinte tabela<sup>3</sup>:

Grupos	Localidades		
	Rio Grande do Sul	Bahia	Brasil
<b>Candomblé</b>	8.438	40.295	167.363
<b>Umbanda</b>	140.315	6.130	407.331
<b>Umbanda e Candomblé</b>	157.599	47.069	588.797
<b>Outras declarações de religiosidades afrobrasileira</b>	8.846	645	14.103

Consideramos apresentar os demonstrativos do estado do Rio Grande do Sul - recorte de nosso trabalho - os do estado da Bahia, historicamente associado às religiões de matrizes-africanas e os números absolutos para o Brasil; para que assim, seja possível visualizar a dimensão de adeptos dos cultos no RS. Também, o demonstrativo acima nos apresenta o que consideramos como uma homogeneização cultural, apagando as diferentes características das formações de matriz africana no país. Em contraste com esses dados, pode-se observar que

<sup>3</sup> Dados coletados através do site oficial do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/22107?detalhes=true&localidade1=29&localidade2=0>. Acesso em 29 de ago. 2025.

a instituição atenta-se à recortar as formações cristãs com bastante atenção, considerando, por exemplo:

**Evangélica:** Presbiteriana; Adventista; Congregacional; Luterana; Metodista; Presbiteriana; Outras.

Pentecostal: Comunidade evangélica; Evangélica renovada não determinada; Assembléia de Deus; Casa da bênção; Congregação cristã do Brasil; Deus é amor; Igreja do Evangelho Quadrangular; Maranata; Nova vida; O Brasil para cristo; Igreja universal do reino de deus; Outras.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos os dados levantados pelo instituto, podemos observar o apagamento da diversidade de manifestações das matrizes africanas, o censo se detém em apontar Umbanda e Candomblé, o que nos coloca diante de uma significativa problemática de invisibilização de expressões locais como o Tambor de Mina, Xangô, Batuque, Terecô, Omoloko e outras<sup>4</sup>.

Essas formações são importantes resultados de duros processos de resistência, originados das violências da escravização. María Cecília Londres Fonseca (2017), ao tratar das iniciativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para salvaguarda de manifestações culturais negras, coloca que as “[...] manifestações chegaram, inclusive, a ser objeto de perseguição policial até meados do século XX, como rituais de religiões afro-brasileiras e indígenas (candomblé, umbanda, culto à jurema etc) (2017, p. 163),” e no que se refere à diversidade étnica, recorremos aos dados que Marcelo Santos Matheus (2020) nos apresenta sobre os registros de batismo de escravizados, o autor determina da seguinte maneira o recorte para a diversidade étnica entre os indivíduos trazidos para o Rio Grande do Sul:

“[...] para a região Porto-charqueadora foram coletados 10.462 registros de batismos escravos, sendo destes 21% (ou 2.184) de africanos. O *grupo de procedência* que mais aparece nos batismos é o dos centro-africanos, em especial cabindas (355), congós (316) e benguelas (92). Entretanto, a nação mais representada são os minas/nagôs, com 475 registros (469 minas) (Matheus, 2020, p. 293).”

Apesar de se tratarem de números, devemos considerar nosso saber histórico, constituído desde o ensino básico, sobre o que é e como se deu a escravização de seres humanos no continente africano. Dessa forma, podemos ver com mais clareza que os dados apresentados por Matheus (2020) apresentam indivíduos advindos de diferentes etnias, colocados sob circunstâncias de violência inimagináveis para nossa sociedade contemporânea, e que mesmo em meio a isso, se reorganizaram e foram capazes de ordenar formas de resistência cultural.

Considerar a diversidade de formas de resistência cultural, apontar suas existências através de ferramentas como o censo, se trata de valorizar a cultura

<sup>4</sup> Marcelo Tadvald (2016) em seu trabalho ‘Notas Históricas e Antropológicas sobre o Batuque no Rio Grande do Sul’ apresenta detalhadamente sobre estas formações, discorrendo quanto às regiões do Brasil onde estão alocadas, assim como as possíveis origens étnicas.

local; Para tanto, é necessário que haja interesse das diversas instituições que compõem o estado brasileiro. Llorenç Prats (2005) diz que: "He sostenido y continúo sosteniendo que los procesos de activación del patrimonio dependen fundamentalmente de los poderes políticos (2020, p. 19). Os dados fornecidos pelo censo são importantes pontos de partida para a reflexão sobre a homogeneização e a negligência com as matrizes africanas, assim como, evidenciam também a negação da diversidade étnica que existe em diáspora.

#### **4. CONCLUSÕES**

Diante do panorama apresentado, nosso trabalho tem o intuito de iniciar o processo de preenchimento das lacunas nas pesquisas da matriz afro-gaúcha. Consideramos que apagar a presença da diversidade cultural do Rio Grande do Sul também é continuar o vil legado de embranquecimento e é um fomento ao desejo eugenista que foi política de estado desde o período da abolição. O reconhecimento da presença cultural negra é emergente e de suma importância para que se possa constituir políticas de consciência de classe e romper com a visão de um estado branco, cuja cultura é predominantemente europeia.

Ainda, devemos considerar a iniciativa tomada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em caracterizar o Batuque e tratar como patrimônio cultural imaterial o saber gerado nas casas, através do Mapeamento das Casas de religião de matriz africana no Sul do Rio Grande do Sul.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FONSECA, Maria Cecília L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (org) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, 2017. p. 158-170.

MATHEUS, Marcelo Santos. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair;

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: resenhas críticas. **Antropologia, Escala e Memória**. n. 2, 2007.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología**. n. 21, p. 17-35, 2005.